

Banco MUFG Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório da Administração	1
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

O 1º semestre de 2020 foi marcado pelo efeito do COVID'19 na qual o Banco conduziu o gerenciamento da estrutura organizacional à distancia e mantendo a continuidade no modelo de negócio com nossos clientes. O Banco tem monitorado a pandemia desde o seu início, munindo seus funcionários com orientações sobre prevenção à transmissão. Em fevereiro de 2020, os funcionários foram comunicados sobre restrições de viagens a trabalho, reuniões presenciais e outras ações corporativas de combate à disseminação da Covid-19. Em 12 de março, o Banco iniciou um plano de contingência visando redução de risco à saúde dos funcionários e continuidade de negócios, colocando imediatamente 35 % do quadro de funcionários em sistema de trabalho remoto, e posteriormente atingindo 100% dos funcionários no final do mês de março.

Em relação aos aspectos operacionais, mantivemos nossos colaboradores trabalhando remotamente revisando nossos procedimentos operacionais para reforçar a segurança e eficiência das operações e alteramos alguns horários limites para fechamento das operações para garantir a correção dos registros e liquidações.

O Banco não teve nenhuma demanda que levasse à alguma ação específica para atender a necessidade de clientes com relação a crédito durante a pandemia. No segmento Corporate (onde o MUFG Brasil é mais atuante), não houve alteração significativa em estratégia, gestão ou apetite a risco ao ambiente de crédito. Percebemos uma diminuição nos spreads quando comparados com período pré-pandemia o que representou um aumento de liquidez no mercado financeiro. As empresas vêm obtendo mais acesso ao mercado de capitais internacional e os recursos estão sendo utilizados para antecipar o pagamento de dívidas mais caras.

Desempenho nos Negócios (Em milhares de Reais)

Em 30 de junho de 2020, o Banco MUFG Brasil S.A. apresentou lucro no semestre de R\$ 11.128, contra um lucro de R\$ 11.832 apresentado no 1º semestre de 2019.

O total de ativos atingiu R\$ 29.107.144 (2019 – R\$ 23.511.546) e o patrimônio líquido no final do semestre foi de R\$ 1.272.754 (2019 – R\$ 1.261.830).

Nossa carteira de crédito aumentou no montante de valor de R\$1.438.800, se comparada com 31 de dezembro de 2019. Destacam-se os aumentos nas operações de ACC/ACE, Capital de giro e operações vinculadas sob Resolução 2921.

Agência de Rating

A agência internacional Standard & Poor's atribuiu ao Banco MUFG Brasil S.A. os ratings de contraparte de longo e curto prazo "brAAA / brA-1+" na Escala Nacional Brasil.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria que tem um Diretor Responsável que também é o Ouvidor, nos termos da lei, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como um canal direto de comunicação que visa prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou gerentes, inclusive na mediação de conflitos.

São Paulo, 31 de agosto de 2020.

A Administração

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Banco MUFG Brasil S.A.

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Banco MUFG Brasil S.A. zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do período foram realizadas reuniões de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas.

Destacamos como principais, os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do 1º semestre de 2020;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos;
- e
- Acompanhamento da gestão de riscos e assuntos de Compliance.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A..

São Paulo, 27 de agosto de 2020.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco MUFG Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco MUFG Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco MUFG Brasil S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do Valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2020, o Banco mantinha posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade "Swaps" que, conforme nota explicativa nº 19, são avaliados ao valor justo sem cotação diretamente disponível em mercado ativo, o que aumenta a subjetividade envolvida e o grau de julgamento para a estimativa do valor justo desses instrumentos financeiros, cuja a avaliação é efetuada por metodologia interna de precificação que considera entre outros fatores, a utilização de taxas de juros e curvas de rendimentos aplicáveis e observáveis em mercado e risco de crédito.

Devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de julgamento da Administração e à utilização de técnicas de precificação baseadas em modelos internos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes para a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos; (ii) entendimento e análise da metodologia de marcação a mercado desenvolvida internamente pelo Banco; (iii) recálculo do valor de mercado para uma amostra de operações, avaliando a razoabilidade dos dados e parâmetros utilizados nos modelos internos de precificação ou dados observáveis de mercado, quando disponíveis; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8


Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5



Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

Banco MUFG Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras
de 30 de junho de 2020

Ativo	30 jun 2020	31 dez 2019	Passivo	30 jun 2020	31 dez 2019
Circulante	27.164.693	20.750.557	Circulante	25.890.199	21.322.859
Caixa e equivalentes de caixa (Nota)	6.339.177	3.175.276	Depósitos (Nota 11)	2.765.172	1.850.290
Disponibilidades (Nota)	113.844	20.821	Depósitos à vista	173.035	127.511
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	4.326.999	3.132.997	Depósitos a prazo	2.592.137	1.722.779
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5)	2.145	5.336	Captações no mercado aberto (Nota 11)	119.084	540.021
Aplicações em moedas estrangeiras (Nota 5)	1.896.189	16.122	Relações interfinanceiras	1.977	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	23.272	13.080	Relações interdependências	19.384	28.981
Titulos e valores mobiliários (Nota 6)	2.299.511	2.005.466	Recursos em trânsito de terceiros	19.384	28.981
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	339.494	72.368	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	5.049.323	3.324.274
Relações interfinanceiras	4.419	3.381	Empréstimos no exterior	4.422.099	3.225.129
Depósitos no Banco Central	3.355	3.381	BNDES	120	481
Correspondentes e valores a liquidar	1.064	-	Finame	8.313	13.148
Carteira de crédito (Nota 7)	1.484.210	273.625	Outras instituições	-	9.897
Operações de crédito	1.223.622	221.974	Repasses do exterior	618.791	75.619
Outros créditos com característica de operação de crédito	260.588	51.651	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	1.872.264	349.014
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito) (Nota 7)	(2.742)	(1.711)	Carteira de câmbio (Nota 13b)	15.964.409	14.780.979
(Operações de Crédito)	(1.263)	(413)	Provisão para passivos contingentes e outras provisões (Nota 17)	21.596	37.463
(Outros Créditos)	(1.479)	(1.298)	Fiscais, cíveis e trabalhistas	-	3.737
Carteira de câmbio (Nota 13a)	16.640.243	15.154.328	Pagamentos a efetuar	16.693	27.948
Outros ativos	37.109	54.744	Provisão de perda para garantias prestadas	4.903	5.778
Rendas a receber	2.262	4.406	Outros passivos	76.990	411.837
Negociação e intermediação de valores (Nota 19)	17.649	6.316	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.925	107
Despesas antecipadas	5.992	4.469	Sociais e estatutárias	806	250.114
Diversos (Nota 8)	11.206	39.553	Fiscais e previdenciárias (Nota 1)	44.031	70.495
			Negociação e intermediação de valores (Nota 19)	27.414	81.563
			Resultados de exercicios futuros	1.595	2.696
			Diversos	219	6.862
Não Circulante	1.942.451	2.760.989	Não Circulante	1.944.191	926.857
Realizável a longo prazo	1.907.125	2.722.498	Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	600.045	409.238
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	69.746	82.305	Finame	14.113	21.499
Titulos e valores mobiliários (Nota 6)	547.495	1.446.246	Outras instituições	-	24.976
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	155.362	19.407	Repasses do exterior	585.932	362.763
Carteira de crédito (Nota 7)	826.395	888.868	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19)	1.104.700	277.405
Operações de crédito	826.395	787.595	Obrigações fiscais diferidas (Nota 22b)	53.011	57.180
Outros créditos com característica de operação de crédito	-	101.273	Provisão para passivos contingentes e outras provisões (Nota 17)	186.435	183.034
(Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito) (Nota 7)	(744)	(880)	Fiscais, cíveis e trabalhistas	173.889	168.811
(Operações de Crédito)	(744)	(789)	Passivos Atuariais	12.349	12.349
(Outros Créditos)	-	(91)	Pagamentos a efetuar	-	1.144
Créditos tributários (Nota 22a)	78.111	68.621	Provisão de perda para garantias prestadas	197	730
Outros Ativos	230.760	217.931	Patrimônio líquido (Nota 18)	1.272.754	1.261.830
Rendas a receber	483	806	Capital Social	853.071	853.071
Despesas antecipadas	983	1.974	De domiciliados no País	4.445	4.445
Diversos (Nota 8)	229.294	215.151	De domiciliados no exterior	848.626	848.626
Investimentos	1	1	Reservas de capital	5.103	5.103
Outros investimentos	196	196	Reservas de lucros	428.084	417.584
(Provisões para perdas)	(195)	(195)	Outros resultados abrangentes	(9.450)	(9.874)
Imobilizado de uso (Nota 9a)	13.953	15.798	(Ações em tesouraria)	(4.054)	(4.054)
Imóveis de uso	20.176	19.938			
Outras imobilizações de uso	31.630	31.320			
(Depreciações acumuladas)	(37.853)	(35.460)			
Intangível (Nota 9b)	21.372	22.692			
Ativos intangíveis	59.963	58.162			
(Amortização acumulada)	(38.591)	(35.470)			
Total do ativo	29.107.144	23.511.546	Total do passivo e patrimônio líquido	29.107.144	23.511.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)

		<u>30 jun 2020</u>	<u>30 jun 2019</u>
Receitas da intermediação financeira		1 322 347	233 260
Operações de crédito		273 493	52 706
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		214 899	209 762
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		833 955	(29 208)
Despesas da intermediação financeira		<u>(1 209 580)</u>	<u>(94 024)</u>
Operações de captação no mercado		(38 386)	(66 093)
Operações de empréstimos e repasses		(1 021 297)	(26 581)
Resultado de operações de câmbio		(149 897)	(1 350)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 7f)	<u>(895)</u>	<u>690</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>111 872</u>	<u>139 926</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(88 559)</u>	<u>(108 301)</u>
Receitas de prestação de serviços	(Nota 24a)	17 579	12 351
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 24a)	275	443
Despesas de pessoal	(Nota 24b)	(57 757)	(67 420)
Outras despesas administrativas	(Nota 24c)	(36 936)	(37 667)
Despesas tributárias	(Nota 24d)	(14 519)	(14 457)
Resultado de provisão para passivos contingentes e outras provisões	(Nota 24e)	116	(5 934)
Outras receitas operacionais	(Nota 24f)	2 774	4 556
Outras despesas operacionais		(91)	(173)
Resultado operacional		<u>23 313</u>	<u>31 625</u>
Outras receitas e (despesas)	(Nota 24g)	<u>31</u>	<u>(2 777)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>23 344</u>	<u>28 848</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(12 216)</u>	<u>(17 016)</u>
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	(Nota 22)	(26 221)	(32 946)
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	(Nota 22)	14 005	15 930
Lucro líquido do semestre		<u>11.128</u>	<u>11.832</u>
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)	(Nota 18)	<u>4 331 521</u>	<u>4 331 521</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações -em R\$		<u>2,57</u>	<u>2,73</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais - R\$)

	30 jun 2020	30 jun 2019
Lucro líquido do semestre	<u>11.128</u>	<u>11.832</u>
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	770	(1.068)
(-) Efeito dos impostos	(346)	428
Total	<u>424</u>	<u>(640)</u>
 Total de resultado abrangente do semestre	 <u><u>11.552</u></u>	 <u><u>11.192</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$)

Banco MUFG Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras
de 30 de junho de 2020

	Reservas de capital		Reservas de lucro		Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total	
	Capital Social	Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária	Disponíveis para venda				Benefícios à empregados
Saldos em 31 de dezembro de 2018	853.071	4.947	156	41.705	613.154	(26)	(8.933)	-	(4.054)	1.500.020
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	(640)	-	-	-	(640)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	7	-	-	-	-	7
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	11 832	-	11 832
Destinação do lucro:										
Reserva legal	-	-	-	591	-	-	-	(591)	-	-
Dividendos (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	(671)	-	(671)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	10 570	-	-	(10 570)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	853.071	4.947	156	42.296	623.731	(666)	(8.933)	-	(4.054)	1.510.548
Mutações do semestre	-	-	-	591	10 577	(640)	-	-	-	10 528
Saldos em 31 de dezembro de 2019	853.071	4.947	156	42.378	375.206	(1.798)	(8.076)	-	(4.054)	1.261.830
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda (Nota 6)	-	-	-	-	-	424	-	-	-	424
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores (Nota 18)	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	11 128	-	11 128
Destinação do lucro:										
Reserva legal	-	-	-	557	-	-	-	(557)	-	-
Dividendos (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	(631)	-	(631)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	9 940	-	-	(9 940)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020	853.071	4.947	156	42.935	385.149	(1.374)	(8.076)	-	(4.054)	1.272.754
Mutações do semestre	-	-	-	557	9 943	424	-	-	-	10 924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Banco MUFG Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras
de 30 de junho de 2020

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	30 jun 2020	30 jun 2019
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	<u>3.144.634</u>	<u>3.030</u>
Lucro líquido do semestre	<u>11.128</u>	<u>11.832</u>
Ajustes ao lucro líquido:	<u>(255.401)</u>	<u>22.724</u>
(Reversão) / Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 7f)	895	(690)
(Reversão) / Constituição de provisão de perda sobre garantias prestadas (Nota 16)	(1.408)	2.073
(Reversão) / Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 15)	2.090	3.861
Depreciações e amortizações (Nota 24c)	5.423	7.740
Ganho / (prejuízo) na alienação de imobilizado de uso (Nota 24g)	31	(2.777)
Atualização de depósitos judiciais (Nota 24e)	(1.995)	(4.158)
Imposto de renda e contribuição social s/ lucro líquido (Diferido e Corrente) (Nota 22)	12.216	17.016
Varição nos resultados de exercícios futuros	(1.101)	(641)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(271.552)	300
Lucro líquido ajustado	(244.273)	34.556
Varição nos ativos operacionais:	<u>(2.442.892)</u>	<u>3.572.173</u>
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	2.367	984.142
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	202.050	(402.193)
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(8.658)	7.556
(Aumento) / Redução em operações de crédito	(1.040.538)	203.175
(Aumento) / Redução em outros créditos e outros valores e bens	(1.598.113)	2.779.493
Varição nos passivos operacionais:	<u>5.831.799</u>	<u>(3.603.699)</u>
(Redução) / Aumento em depósitos	914.882	(154.202)
(Redução) / Aumento em captações no mercado aberto	(420.937)	257.300
(Redução) em obrigações de letras de crédito do agronegócio	-	(51.024)
(Redução) / Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.915.855	(1.018.848)
(Redução) / Aumento em instrumentos financeiros derivativos	2.350.545	(48.718)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	1.122.776	(2.576.828)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(51.322)	(11.379)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(2.350)</u>	<u>3.178</u>
Alienação de imobilizado de uso	-	4.973
Aquisição de imobilizado de uso	(549)	(628)
Aplicação no intangível	(1.801)	(1.167)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(249.935)</u>	<u>(1.801)</u>
Dividendos pagos	(249.935)	(1.801)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.892.349</u>	<u>4.407</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.175.276	3.587.491
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	271.552	(300)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	6.339.177	3.591.598
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>2.892.349</u>	<u>4.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco MUFG Brasil S.A. (“Banco”), situado na Av. Paulista, 1274, São Paulo, Brasil, desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração para divulgação em 31 de agosto de 2020.

Mudança na apresentação das demonstrações contábeis:

A Resolução CMN nº 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01 de janeiro de 2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis. Com base na referida Resolução e na Circular BACEN nº 3.959/2019, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos alterações de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, e aberturas mínimas requeridas tais como caixa e equivalentes de caixa, créditos tributários, provisões e obrigações fiscais diferidas. Os normativos também estabelecem elaboração da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Para melhor apresentação e comparabilidade nestas Demonstrações Contábeis, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis.

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem de futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

c. Ativos e passivos, circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro-rata*” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante.

d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas conforme a Circular BACEN Nº 3.068/01, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- I. Títulos para negociação – títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independentemente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida no resultado do período.
- II. Títulos disponíveis para venda – títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.
- III. Títulos mantidos até o vencimento – títulos e valores mobiliários para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor da aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “*pro-rata*” dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento no semestre findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data da sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-lo como instrumento de proteção “*hedge*” ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.082/02.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendem aos critérios de proteção são registradas pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa.

Os derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos “*hedge*”, são classificados como:

- I. “*Hedge*” de risco de mercado – são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de “*hedge*”.

Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizadas, reconhecidos no resultado do período;

- II. “*Hedge*” de fluxo de caixa – são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado.

A parcela efetiva de “*hedge*” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado do período.

O Banco não possui operações de “*Hedge*” de fluxo de caixa no semestre findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

- e. **Operações de crédito, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e avais e fianças prestadas**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme demonstrado na Nota 7c, são consideradas suficientes pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

Conforme Nota 16, as provisões para avais e fianças, estão adequadas de acordo com os modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes avaliados pela Administração.

Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

f. Ativo permanente

Investimentos – Os títulos patrimoniais são avaliados pelo custo da aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas.

Imobilizado de Uso – Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas são: 4% para imóveis de uso- edificações; 10% para instalações, móveis e equipamentos, sistemas de segurança e de comunicação e 20% para sistema de processamento de dados e transporte.

Ativo intangível – correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120). A provisão para contribuição social foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 01 de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota 22. Obrigações fiscais diferidas são reconhecidas para todas as diferenças temporárias tributáveis. Diante da majoração de alíquota da contribuição social estabelecida no artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103 foi considerado a alíquota de 20% de CSLL a partir da data-base de dezembro/2019.

i. Negociação e intermediação de valores

As negociações e intermediações de valores são demonstradas pelos saldos das operações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão pendentes de liquidações dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

j. Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados, e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação e a reversão são reconhecidos na conta “Resultado de provisão para passivos contingentes e outras provisões”.

k. Benefícios pós-emprego

O Banco é patrocinador da Previdã Sociedade de Previdência Privada ("Previda"), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço e de juros.

A obrigação relativa a benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando método de unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial. Os custos de serviços correntes e passados, bem como custo e receita de juros são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de “Despesas de pessoal”.

O plano de benefício definido foi fechado para novos integrantes em agosto de 2013. Atualmente, o Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Fitprev") para aqueles que não aderiram ao Plano de benefício definido e para os seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previda.

4 Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo intervalo entre a data da aquisição e a data de vencimento da operação é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>30 jun 2020</u>	<u>31 dez 2019</u>
No início do semestre	<u>3.175.276</u>	<u>3.591.598</u>
Disponibilidades	20.821	11.522
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.154.455	3.580.076
No final do semestre	<u>6.339.177</u>	<u>3.175.276</u>
Disponibilidades	113.844	20.821
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	6.225.333	3.154.455

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez consideradas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa são compostas por operações compromissadas no montante de R\$ 4.326.999 (2019 – R\$ 3.132.997), aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 2.145 (2019 – R\$ 5.336) e aplicações em moedas estrangeiras no montante de R\$ 1.896.189 (2019 – R\$ 16.122), conforme Nota 4.

	<u>30 jun 2020</u>			<u>31 dez 2019</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto (*)	<u>4.326.999</u>	=	=	<u>4.326.999</u>	<u>3.132.997</u>
Posição bancada	<u>4.326.999</u>	=	=	<u>4.326.999</u>	<u>3.132.997</u>
Letras do Tesouro Nacional – LTN	127.000	-	-	127.000	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	4.199.999	-	-	4.199.999	3.132.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>2.145</u>	<u>23.272</u>	<u>69.746</u>	<u>95.163</u>	<u>100.721</u>
Certificado de depósito interfinanceiro	2.145	23.272	69.746	95.163	100.721
Aplicações em moedas estrangeiras	<u>1.896.189</u>	=	=	<u>1.896.189</u>	<u>16.122</u>
Aplicações em moedas estrangeiras	1.896.189	-	-	1.896.189	16.122

(*) Prazo de vencimento apresentado demonstra o vencimento do lastro e não o vencimento da operação compromissada.

6 Títulos e valores mobiliários

a. Abertura por categoria / vencimento

<u>Categoria</u>	30 jun 2020			31 dez 2019
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Títulos para negociação	-	886	4.868	3.662
Títulos disponíveis para venda	<u>975.196</u>	<u>1.318.561</u>	<u>547.495</u>	<u>3.448.050</u>
Total Geral	<u>975.196</u>	<u>1.319.447</u>	<u>552.363</u>	<u>3.451.712</u>

b. Abertura por tipo de título

<u>Negociação</u>	30 jun 2020			31 dez 2019
	<u>Valor da curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Valor de mercado</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	<u>5.710</u>	<u>5.754</u>	<u>44</u>	<u>3.662</u>
Sub-Total	<u>5.710</u>	<u>5.754</u>	<u>44</u>	<u>3.662</u>

<u>Disponíveis para venda</u>	30 jun 2020			31 dez 2019
	<u>Valor da curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Valor de mercado</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN (" <i>Hedge</i> ") (Nota 20)	609.304	631.483	22.179	429.643
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.848.896	1.848.766	(130)	2.403.141
Letras Financeiras - LF	363.371	361.003	(2.368)	351.702
Debêntures	-	-	-	263.564
Sub-Total	<u>2.821.571</u>	<u>2.841.252</u>	<u>19.681</u>	<u>3.448.050</u>
Total Geral	<u>2.827.281</u>	<u>2.847.006</u>	<u>19.725</u>	<u>3.451.712</u>

Para os títulos e valores mobiliários categorizados como "títulos disponíveis para venda", a avaliação a valor de mercado é efetuada descontando-se o fluxo futuro a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por área independente da área de negócios e que segue metodologia própria e as melhores práticas de mercado, de acordo com as características específicas de cada título, baseando-se principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA. O ajuste de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" é reconhecido no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Os títulos classificados "para negociação" são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

Quanto à classificação dos níveis hierárquicos de mensuração de valor justo, todos os títulos e valores mobiliários são enquadrados no Nível 2 onde as mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotado (não ajustado), que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente ou indiretamente.

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e títulos privados são custodiados na CETIP S/A – Mercados Organizados.

Conforme descrito na Nota 3d, o Banco registrou, em rubrica contábil constante do patrimônio líquido, como ajuste de marcação ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários categorizados como “títulos disponíveis para venda” no semestre findo em 30 de junho de 2020, perda no montante de R\$ 1.374 (2019 – perda de R\$ 1.798), líquido dos efeitos tributários. O ajuste de avaliação ao valor justo das aplicações em Letras do Tesouro Nacional objeto de “*hedge*”, estão registradas no resultado, vide Nota 20.

O resultado com títulos e valores mobiliários destinados como objeto de “*hedge accounting*” no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 11.636 (2019 – R\$ 2.196), registrado na demonstração de resultado.

Valores depositados em garantia

Tipo de Título	30 jun 2020		31 dez 2019
	Quantidade	Valor	Valor
Letras do Tesouro Nacional - LTN (“Hedge”)	530.452	518.172	396.080
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	173.530	1.848.765	2.122.262
Total Geral	<u>703.982</u>	<u>2.366.937</u>	<u>2.518.342</u>

7 Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito e carteira de câmbio – ACC / ACE por nível de risco e setor econômico

	30 jun 2020			31 dez 2019
	Comércio	Indústria	Outros serviços	Total
Operações de crédito e Outros créditos com característica de operação de crédito				
AA	1.122.258	687.920	493.897	2.304.075
B	-	-	5.507	5.507
C	1.023	-	-	1.023
D	-	-	-	-
Sub-total	<u>1.123.281</u>	<u>687.920</u>	<u>499.404</u>	<u>2.310.605</u>
Carteira de câmbio – ACC / ACE				
AA	-	368.120	233.547	601.667
A	29.623	-	-	29.623
B	-	26.918	-	26.918
Sub-total	<u>29.623</u>	<u>395.038</u>	<u>233.547</u>	<u>658.208</u>
Total Geral	<u>1.152.904</u>	<u>1.082.958</u>	<u>732.951</u>	<u>2.968.813</u>

b. Composição da carteira de crédito e carteira de câmbio – ACC / ACE por produto e faixa de vencimento

Produto / Vencimento	A vencer			30 jun 2020	31 dez 2019
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
	Capital de giro	55.697	529.445	187.727	772.869
Financiamentos BNDES e Finame	220	1.551	20.859	22.630	35.192
Financiamentos à exportação	66.719	569.990	617.809	1.254.518	497.979
Financiamentos rurais	-	-	-	-	35.107
Adiantamento a fornecedores	-	122.523	-	122.523	-
Aquisição de crédito sem coobrigação	37.228	100.837	-	138.065	152.924
ACC / ACE	<u>624.127</u>	<u>34.081</u>	<u>-</u>	<u>658.208</u>	<u>367.520</u>
Total Geral	<u>783.991</u>	<u>1.358.427</u>	<u>826.395</u>	<u>2.968.813</u>	<u>1.530.013</u>

c. Composição da provisão por níveis de risco

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de carteira de câmbio – ACC / ACE com os correspondentes níveis de risco:

Total de Operações – 30 jun 2020						
Nível de Risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Total de créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	2.905.742	2.905.742	-	2.615	0,09
A	0,50	29.623	29.623	148	178	0,60
B	1,00	32.425	32.425	324	632	1,95
C	3,00	1.023	1.023	31	61	5,98
Total Geral		<u>2.968.813</u>	<u>2.968.813</u>	<u>503</u>	<u>3.486</u>	

Total de Operações – 31 dez 2019						
Nível de Risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Total de créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	1.402.541	1.402.541	-	1.262	0,09
A	0,50	104.498	104.498	522	742	0,71
B	1,00	20.851	20.851	209	405	1,94
C	3,00	1.060	1.060	32	63	5,94
D	10,00	<u>1.063</u>	<u>1.063</u>	<u>106</u>	<u>119</u>	11,19
Total Geral		<u>1.530.013</u>	<u>1.530.013</u>	<u>869</u>	<u>2.591</u>	

A provisão constituída pelo Banco é superior à provisão mínima requerida conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, devido ao critério de provisão determinado pela matriz (MUFG Bank, Ltd.), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração. A alocação entre os ratings correspondem ao intervalo de provisionamento definido na Resolução CMN nº 2.682/99.

d. Concentração dos maiores devedores

	30 jun 2020			31 dez 2019		
	Saldo	% Carteira	Provisões	Saldo	% Carteira	Provisões
Maior cliente	494.325	17	444	282.045	18	254
10 seguintes maiores clientes	1.936.230	65	1.743	1.017.499	67	1.564
Demais clientes	<u>538.258</u>	<u>18</u>	<u>1.299</u>	<u>230.469</u>	<u>15</u>	<u>773</u>
Total Geral	<u>2.968.813</u>	<u>100</u>	<u>3.486</u>	<u>1.530.013</u>	<u>100</u>	<u>2.591</u>

e. Operações ativas vinculadas

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

	30 jun 2020		31 dez 2019	30 jun 2019
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações ativas vinculadas	<u>1.186.024</u>	<u>16.560</u>	<u>428.300</u>	<u>9.309</u>
Operações de crédito	1.186.024	16.560	428.300	9.309
Obrigações por operações ativas vinculadas	<u>(1.184.858)</u>	<u>(14.932)</u>	<u>(427.930)</u>	<u>(8.639)</u>
Obrigações por repasse do exterior	(1.184.858)	(14.932)	(427.930)	(8.639)
Resultado líquido das operações vinculadas	≡	<u>1.628</u>	≡	<u>670</u>

	30 jun 2020			31 dez 2019	
	até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Operações ativas vinculadas					
Operações de crédito	54.887	541.122	590.015	1.186.024	428.300
Total Geral	<u>54.887</u>	<u>541.122</u>	<u>590.015</u>	<u>1.186.024</u>	<u>428.300</u>

Em 30 de junho de 2020 o Banco não registrou inadimplência por parte dos credores e não identificou questionamento judicial.

f. Movimentação da provisão

A movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi a seguinte durante o semestre:

	<u>30 jun 2020</u>	<u>30 jun 2019</u>	<u>31 dez 2019</u>
Saldo inicial do semestre	2.591	5.594	4.904
Constituição de provisão	2.098	2.342	942
Reversão de provisão	<u>(1.203)</u>	<u>(3.032)</u>	<u>(3.255)</u>
Saldo final	<u>3.486</u>	<u>4.904</u>	<u>2.591</u>
% da provisão sobre a carteira de créditos e outros créditos	<u>0.12</u>	<u>0.28</u>	<u>0.17</u>

g. Outras informações

	<u>30 jun 2020</u>	<u>30 jun 2019</u>
Créditos renegociados	<u>480.266</u>	<u>440.274</u>

As operações renegociadas são compostas substancialmente, por renovação nas operações de capital de giro e aquisição de crédito sem coobrigação.

No semestre findo em 30 de junho de 2020 não foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo (30 junho 2019 – R\$ 18.551).

8 Outros ativos - Diversos

	<u>30 jun 2020</u>	<u>31 dez 2019</u>
Devedores por depósito em garantia	224.918	226.335
Adiantamentos e antecipações salariais	1.691	351
Impostos e contribuições a compensar	13.889	27.932
Devedores diversos - país	2	50
Pagamentos a ressarcir	-	36
Total Geral	<u>240.500</u>	<u>254.704</u>

9 Ativo permanente

a. Imobilizado de uso

No semestre findo em 30 de junho de 2020 não houve baixa referente a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros (30 junho 2019 – R\$ 4.305).

	Custo		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	30 jun 2020	31 dez 2019	30 jun 2020	31 dez 2019	30 jun 2020	31 dez 2019
Terrenos	1.183	1.183	-	-	1.183	1.183
Edificações	18.993	18.755	14.811	14.092	4.182	4.663
Instalações, móveis e equipamentos de uso	6.451	6.451	4.744	4.434	1.707	2.017
Sistema de processamento de dados	19.644	19.095	14.051	12.902	5.593	6.193
Sistemas de transporte	718	718	560	527	158	191
Sistema de segurança	3.291	3.291	2.342	2.192	949	1.099
Sistema de comunicação	1.526	1.527	1.345	1.313	181	214
Imobilizações em curso	-	238	-	-	-	238
Total Geral	<u>51.806</u>	<u>51.258</u>	<u>37.853</u>	<u>35.460</u>	<u>13.953</u>	<u>15.798</u>

b. Ativos intangíveis

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 não houve baixa de sistema - ativo intangível.

	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
	30 jun 2020	31 dez 2019	30 jun 2020	31 dez 2019	30 jun 2020	31 dez 2019
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais	54.146	53.106	38.591	35.470	15.555	17.636
Em curso	<u>5.817</u>	<u>5.056</u>	-	-	<u>5.817</u>	<u>5.056</u>
Total Geral	<u>59.963</u>	<u>58.162</u>	<u>38.591</u>	<u>35.470</u>	<u>21.372</u>	<u>22.692</u>

10 Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o MUFG Bank, Ltd. (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

	<u>30 jun 2020</u>	<u>31 dez 2019</u>	<u>30 jun 2019</u>	
	<u>Ativos</u> <u>(Passivos)</u>	<u>Receitas</u> <u>(Despesas)</u>	<u>Ativos</u> <u>(Passivos)</u>	
			<u>Receitas</u> <u>(Despesas)</u>	
Disponibilidades em moedas estrangeiras	<u>110.568</u>	<u>(143.422)</u>	<u>19.140</u>	<u>7.878</u>
MUFUG: Bank (New York Branch)	81.635	-	7.837	-
MUFUG: Bank (London Branch)	6.117	-	5.229	-
MUFUG Bank, Ltd.	18.686	-	2.770	-
MUFUG: Bank (Hong Kong Branch)	4.070	-	3.025	-
MUFUG Bank Mexico, S.A.	27	-	241	-
MUFUG: Bank (Singapore Branch)	25	-	19	-
Bank of Ayudhya Public Company Limited	8	-	19	-
- variação cambial	-	(143.422)	-	7.878
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	<u>1.889.013</u>	<u>48.998</u>	<u>16.120</u>	<u>(8.968)</u>
MUFUG: Bank (New York Branch)	<u>1.889.013</u>	<u>48.998</u>	<u>16.120</u>	<u>(8.968)</u>
- juros	-	111	-	708
- variação cambial	-	48.887	-	(9.676)
Operações de Swap	<u>(72)</u>	<u>(50)</u>	<u>56</u>	<u>(148)</u>
MUFUG: Bank (New York Branch)	<u>(72)</u>	<u>(50)</u>	<u>56</u>	<u>(148)</u>
- rendas de operações com derivativos	-	77	-	677
- despesas de operações com derivativos	-	(127)	-	(825)
Depósito à vista	<u>(86.050)</u>	<u>-</u>	<u>(80.067)</u>	<u>-</u>
MUFUG Bank, Ltd.	<u>(86.050)</u>	<u>-</u>	<u>(80.067)</u>	<u>-</u>
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>(5.626.822)</u>	<u>(1.019.520)</u>	<u>(3.662.381)</u>	<u>(14.014)</u>
MUFUG: Bank (New York Branch)	<u>(5.213.125)</u>	<u>(979.012)</u>	<u>(3.302.377)</u>	<u>961</u>
- juros	-	(43.096)	-	(57.506)
- variação cambial	-	(943.615)	-	47.555
- Mtm de "hedge accounting"	-	7.699	-	10.912
MUFUG Bank, Ltd.	<u>(413.697)</u>	<u>(40.508)</u>	<u>(360.004)</u>	<u>(14.975)</u>
- juros	-	(2.059)	-	(6.972)
- variação cambial	-	(38.449)	-	(8.003)
Dividendos a pagar	<u>(629)</u>	<u>-</u>	<u>(249.308)</u>	<u>-</u>
MUFUG Bank, Ltd.	<u>(629)</u>	<u>-</u>	<u>(249.308)</u>	<u>-</u>
Prestação de serviços (Recebimentos e Pagamentos)	<u>(291)</u>	<u>3.679</u>	<u>1.011</u>	<u>3.928</u>
MUFUG: Bank (New York Branch)	<u>(51)</u>	<u>3.713</u>	<u>1.186</u>	<u>3.987</u>
- Recebimentos	990	12.963	3.241	8.284
- Provisão de pagamentos	(1.041)	(9.250)	(2.055)	(4.297)
MUFUG Bank, Ltd.	<u>(240)</u>	<u>(34)</u>	<u>(175)</u>	<u>(59)</u>

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas realizada em 26 de abril de 2017 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria e do Conselho Consultivo tendo por limite o valor máximo de R\$ 20.196 a serem distribuídos entre os Diretores e/ou Conselheiros Consultivos.

	<u>30 jun 2020</u>	<u>30 jun 2019</u>
Remuneração fixa	2.771	2.969
Remuneração variável	<u>1.914</u>	<u>1.604</u>
Total Geral	<u>4.685</u>	<u>4.573</u>

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações (2019 – 10.618), que representam 0,000243743% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração.

b. Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; e
- Acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativo e Fiscal.

11 Depósitos e captações no mercado aberto

	<u>30 jun 2020</u>				
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 365 dias</u>	<u>Acima de 365 dias</u>	<u>Total</u>
À Vista	173.035	-	-	-	173.035
A prazo (*)	-	240.065	1.129.905	1.222.167	2.592.137
Captações no mercado aberto	-	<u>119.084</u>	-	-	<u>119.084</u>
Total Geral	<u>173.035</u>	<u>359.149</u>	<u>1.129.905</u>	<u>1.222.167</u>	<u>2.884.256</u>

	<u>31 dez 2019</u>				
	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 365 dias</u>	<u>Acima de 365 dias</u>	<u>Total</u>
À Vista	127.511	-	-	-	127.511
A prazo (*)	-	199.871	565.903	957.005	1.722.779
Captações no mercado aberto	-	<u>540.021</u>	-	-	<u>540.021</u>
Total Geral	<u>127.511</u>	<u>739.892</u>	<u>565.903</u>	<u>957.005</u>	<u>2.390.311</u>

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido às características de liquidez diária.

12 Obrigações por empréstimos e repasses

	<u>30 jun 2020</u>	<u>31 dez 2019</u>
MUFUG: Bank (New York Branch)	<u>5.213.125</u>	<u>3.302.377</u>
Financiamento de operação de comércio exterior, com vencimento até setembro de 2020	274.182	-
Captação externa "hedge accounting", com vencimento até abril de 2021 (Nota 20)	1.490.283	-
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até março de 2025	1.196.490	436.355
Outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até abril de 2021	2.252.170	2.866.022
MUFUG Bank, Ltd.	<u>413.697</u>	<u>360.004</u>
Financiamento de operação de comércio exterior, com vencimento até dezembro de 2020	405.464	357.977
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até março de 2021	8.233	2.027
Barclays Bank Plc - London	<u>-</u>	<u>1.130</u>
Outras obrigações em moeda estrangeira	-	1.130
Instituições oficiais - BNDES e FUNCAFÉ	<u>22.546</u>	<u>70.001</u>
Repasses no país com vencimento até agosto de 2027	22.546	70.001
Total Geral	<u>5.649.368</u>	<u>3.733.512</u>

13 Carteira de câmbio

a. Ativo

	<u>30 jun 2020</u>	<u>31 dez 2019</u>
Câmbio comprado a liquidar	8.818.971	7.750.865
Direitos sobre venda de câmbio	7.841.269	7.402.774
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(22.948)	(1.467)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	2.951	2.156
Total Geral	<u>16.640.243</u>	<u>15.154.328</u>

b. Passivo

	<u>30 jun 2020</u>	<u>31 dez 2019</u>
Câmbio vendido a liquidar	8.174.720	7.331.466
Obrigações por compras de câmbio	8.444.946	7.814.877
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(655.257)	(365.364)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	-	-
Total Geral	<u>15.964.409</u>	<u>14.780.979</u>

14 Fiscais e previdenciárias

	<u>30 jun 2020</u>	<u>31 dez 2019</u>
Provisão de IRPJ e CSLL	26.221	65.402
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	101	128
Impostos e contribuições sobre salários	8.024	3.451
Outros impostos (Federais)	9.328	1.222
Outros impostos (Municipais)	<u>357</u>	<u>292</u>
Total Geral	<u>44.031</u>	<u>70.495</u>

15 Ativos e passivos relacionados a contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

As provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Provisão para passivos contingentes e outras provisões”, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros ativos – Diversos” (Nota 8).

As provisões trabalhistas referem-se a ações ajuizadas pelos ex-funcionários e prestadores de serviços. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando características individuais de cada ação.

	<u>30 jun 2020</u>					
	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários					
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição à provisão</u>	<u>Reversão de provisão</u>	<u>Utilização</u>	<u>Saldo final</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>
Trabalhistas	15.757	76	(256)	(698)	14.879	5.223
Cíveis	26.864	1.158	-	-	28.022	-
Fiscais	<u>129.927</u>	<u>1.112</u>	<u>-</u>	<u>(51)</u>	<u>130.988</u>	<u>207.379</u>
IRPJ/CSLL (i)	47.897	322	-	-	48.219	125.481
COFINS (ii)	80.197	751	-	-	80.948	80.570
ISS	1.063	32	-	(51)	1.044	688
Outros	770	7	-	-	777	640
Total Geral	<u>172.548</u>	<u>2.346</u>	<u>(256)</u>	<u>(749)</u>	<u>173.889</u>	<u>212.602</u>

30 jun 2019						
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários						
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão de provisão	Utilização	Saldo final	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	18.625	2.503	(591)	(5.652)	14.885	4.257
Cíveis	25.806	373	-	(7)	26.172	-
Fiscais	<u>126.088</u>	<u>1.968</u>	<u>(392)</u>	<u>(234)</u>	<u>127.430</u>	<u>202.284</u>
IRPJ/CSLL (i)	46.812	542	-	-	47.354	123.101
COFINS (ii)	77.535	1.374	-	-	78.909	78.535
ISS	1.607	51	(392)	(234)	1.032	648
Outros	134	1	-	-	135	-
Total Geral	<u>170.519</u>	<u>4.844</u>	<u>(983)</u>	<u>(5.893)</u>	<u>168.487</u>	<u>206.541</u>

31 dez 2019						
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários						
	Saldo inicial	Adição à provisão	Reversão de provisão	Utilização	Saldo final	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	14.885	2.898	(812)	(1.214)	15.757	3.455
Cíveis	26.172	860	-	(168)	26.864	-
Fiscais	<u>127.430</u>	<u>2.528</u>	<u>(31)</u>	-	<u>129.927</u>	<u>205.747</u>
IRPJ/CSLL (i)	47.354	543	-	-	47.897	124.625
COFINS (ii)	78.909	1.288	-	-	80.197	79.821
ISS	1.032	62	(31)	-	1.063	668
Outros	135	635	-	-	770	633
Total Geral	<u>168.487</u>	<u>6.286</u>	<u>(843)</u>	<u>(1.382)</u>	<u>172.548</u>	<u>209.202</u>

(i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitada em julgado, portanto, não houve impacto contábil.

(ii) Refere-se à obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98.

Existem outros processos de natureza fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, atualizado no montante de R\$ 116.915 (2019 – R\$ 103.739) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, e são compostos basicamente pelos seguintes casos:

- Ações trabalhistas - R\$ 27.845 (2019 – R\$ 7.772): As contingências classificadas como possíveis são baseadas nas análises dos assessores jurídicos responsáveis pela condução dos casos.

- Devolução de valores de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – R\$ 36.363 (2019 – R\$ 35.983): Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de assegurar o direito do Banco não ser compelido ao recolhimento do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS sobre os valores já recebidos e aqueles a serem recebidos a título de juros indenizatórios, por força dos indêbitos tributários reconhecidos nas ações ordinárias, especialmente para recuperar os indêbitos tributários àqueles títulos mediante compensação ou restituição administrativas a serem promovidas depois do encerramento do Mandado de Segurança ora impetrado.
- Compensação Art.74 Lei 9.430/96 e Lei 10.637/02 - COFINS (02/1998 a 12/2000) – R\$ 27.763 (2019 – R\$ 27.631): Trata-se de Mandado de Segurança para garantir o direito do Banco de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de COFINS no período de 02/1999 a 12/2000, nos termos do artigo 74 da lei nº 9.430/96, com redação dada pela lei nº 10.637/2002, acrescidos da taxa de juros Selic, conforme determinado pela lei nº 9.250, de 27/12/1995.
- Ademais o Banco possui outros processos de natureza fiscal de risco possível totalizando R\$ 24.944 (2019 – R\$ 32.353) incluindo processos de ISS, IRRF, CPMF entre outros. O Banco possui depósito judicial associados a estes processos fiscais no montante de R\$ 2.784 em 30 de junho de 2020 (2019 – R\$ 2.765).
- O Banco possui outros depósitos judiciais de processos de natureza fiscais no montante de R\$ 9.532 (2019 – R\$ 14.368) cuja probabilidade de perda das causas é remota.

16 Provisão de perda para garantias prestadas e outras coobrigações

As provisões de perda para garantias financeiras prestadas e outras coobrigações são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Provisão para passivos contingentes e outras provisões” vide Nota 17. Referem-se a valores relativos a garantias financeiras prestadas e créditos abertos para importação de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.512/16.

	<u>30 jun 2020</u>	<u>30 jun 2019</u>	<u>31 dez 2019</u>
Saldo inicial do semestre	6.508	5.028	7.101
Constituição de provisão	97	2.077	660
Reversão de provisão	<u>(1.505)</u>	<u>(4)</u>	<u>(1.253)</u>
Saldo final	<u>5.100</u>	<u>7.101</u>	<u>6.508</u>

	<u>30 jun 2020</u>		<u>31 dez 2019</u>	
	<u>Garantias prestadas</u>	<u>Provisão</u>	<u>Garantias prestadas</u>	<u>Provisão</u>
Vinculados a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	33.361	30	44.699	40
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	55.274	823	58.483	804
Outras fianças bancárias	<u>723.307</u>	<u>4.247</u>	<u>778.431</u>	<u>5.664</u>
Total Geral	<u>811.942</u>	<u>5.100</u>	<u>881.613</u>	<u>6.508</u>

17 Provisão para passivos contingentes e outras provisões

	<u>30 jun 2020</u>	<u>31 dez 2019</u>
Provisão para contingências (Nota 15)	173.889	172.548
Provisão para garantias financeiras prestadas e outras obrigações (Nota 16)	5.100	6.508
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas de pessoal	13.586	23.490
Provisão para pagamentos a efetuar - prestação de serviços de partes relacionadas	1.280	2.230
Provisão para pagamentos a efetuar - outros pagamentos	1.827	3.372
Passivos atuariais (Nota 23)	<u>12.349</u>	<u>12.349</u>
Total Geral	<u>208.031</u>	<u>220.497</u>

18 Patrimônio líquido

O capital social é representado por 4.356.234.893 (2019 – 4.356.234.893) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 (2019 – 13.599.844) de ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 (2019 – 24.714.392) ações em tesouraria e 4.317.920.657 (2019 – 4.317.920.657) ações de residentes no exterior, sendo que em 30 de junho de 2020 o valor patrimonial ajustado de cada ação foi de R\$ 0,29 (2019 – R\$ 0,29).

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, calculados sobre o total de ações em circulação, descontando o percentual de ações em tesouraria.

Em reunião da Diretoria realizada em 20 de dezembro de 2019, houve a deliberação sobre a declaração e a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados dos exercícios fiscais anteriores no montante total de R\$ 250.000, em conformidade com o permissivo constante no Parágrafo Sexto do Artigo 17 (dezessete) do Estatuto Social, sujeita a posterior *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária. O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 17 de janeiro de 2020.

No semestre findo em 30 de junho de 2020 foi destacado o montante de R\$ 631 (2019 – R\$ 671).

Caso o acionista não efetue o resgate do dividendo no prazo de 3 anos a partir da data de distribuição, o valor é revertido para o Patrimônio líquido. No semestre findo em 30 de junho de 2020 foi revertido o valor de R\$ 3 (2019 – R\$ 7 no 1º semestre, R\$ 5 no 2º semestre, totalizando R\$ 12 no exercício).

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de capital de giro e manutenção de margem operacional conforme previsto no estatuto.

Lucro por ação básico e diluído

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico, calculado dividindo-se o lucro líquido do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o semestre.

Não existem diferenças entre lucro básico e lucro diluído por ação, pois não existem instrumentos financeiros posteriormente conversíveis em ação emitidos pelo Banco tampouco outros aspectos que tragam efeitos de diluição às ações emitidas do Banco.

19 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “*gaps*” de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como “*hedge*” possuem sempre risco de crédito igual ou superior àquele do instrumento financeiro coberto.

O valor de mercado dos “*swaps*” é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontando a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 onde as mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotado (não ajustado), que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente ou indiretamente.

Negociação e intermediação de valores – operações de futuros: os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas. Em 30 de junho de 2020, o ajuste diário dessas operações no balanço patrimonial foi de R\$ (9.765) (2019 – R\$ (75.247)) e nas demonstrações do resultado foi de R\$ 3.496.885 (2019 – R\$ (99.952)).

As operações de futuros são negociados e custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e as operações de “*Swap*” e NDF são custodiados na Cetip S.A. – Mercados Organizados.

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 2.008.921 (2019 – R\$ 2.164.212), registradas como vinculados à prestação de garantias.

Em 30 de junho de 2020, as posições em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

	30 jun 2020			
Valor Referencial	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 365 dias</u>	<u>Acima de 365 dias</u>	<u>Total</u>
FUTUROS	<u>7.878.625</u>	<u>7.213.732</u>	<u>3.591.766</u>	<u>18.684.123</u>
Compra	4.674.604	6.450.237	2.943.431	14.068.272
Cupom cambial	3.114.866	6.026.297	2.599.700	11.740.863
Moeda estrangeira	1.047.543	30.328	-	1.077.871
Taxa de juros	512.195	393.612	343.731	1.249.538
Venda	<u>3.204.021</u>	<u>763.495</u>	<u>648.335</u>	<u>4.615.851</u>
Cupom cambial	-	-	23.623	23.623
Moeda estrangeira	3.113.529	-	-	3.113.529
Taxa de juros	90.492	763.495	624.712	1.478.699
SWAP	<u>1.921.117</u>	<u>4.470.417</u>	<u>3.699.039</u>	<u>10.090.573</u>
CDI X US\$	1.711.508	2.986.477	2.419.194	7.117.179
CDI X IEN	-	465.000	200.000	665.000
CDI X PRÉ	-	-	300.000	300.000
CDI X Libor	-	9.034	-	9.034
US\$ X CDI	-	98.710	269.845	368.555
IEN X CDI	-	465.000	200.000	665.000
PRÉ X CDI	-	4.300	310.000	314.300
PRÉ X US\$	209.609	419.994	-	629.603
Libor X PRÉ	-	21.902	-	21.902
NDF	<u>1.974.641</u>	<u>1.547.846</u>	<u>149.558</u>	<u>3.672.045</u>
Posição comprada	<u>1.488.655</u>	<u>1.291.200</u>	<u>149.558</u>	<u>2.929.413</u>
Dólar	1.465.754	1.290.889	149.558	2.906.201
Euro	22.901	-	-	22.901
Ien	-	311	-	311
Posição vendida	<u>485.986</u>	<u>256.646</u>	-	<u>742.632</u>
Dólar	261.204	164.908	-	426.112
Euro	39.307	-	-	39.307
Ien	185.475	91.738	-	277.213

	31 dez 2019			
Valor Referencial	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 365 dias</u>	<u>Acima de 365 dias</u>	<u>Total</u>
FUTUROS	<u>7.735.300</u>	<u>5.420.683</u>	<u>3.073.079</u>	<u>16.229.062</u>
Compra	5.376.423	4.855.349	2.532.920	12.764.692
Cupom cambial	4.039.231	4.270.374	2.461.366	10.770.971
Moeda estrangeira	1.337.192	-	-	1.337.192
Taxa de juros	-	584.975	71.554	656.529
Venda	2.358.877	565.334	540.159	3.464.370
Cupom cambial	-	-	27.680	27.680
Moeda estrangeira	1.971.781	81.041	-	2.052.822
Taxa de juros	387.096	484.293	512.479	1.383.868
SWAP	<u>636.923</u>	<u>4.738.364</u>	<u>2.829.227</u>	<u>8.204.514</u>
CDI X US\$	140.980	4.326.943	2.545.082	7.013.005
CDI X EURO	88.532	-	-	88.532
CDI X Libor	142.735	13.081	-	155.816
US\$ X CDI	-	-	269.845	269.845
Libor X US\$	163.126	-	-	163.126
PRÉ X CDI	101.550	-	14.300	115.850
PRÉ X US\$	-	374.159	-	374.159
Libor X PRÉ	-	24.181	-	24.181
NDF	<u>526.067</u>	<u>875.770</u>	<u>20.504</u>	<u>1.422.341</u>
Posição comprada	<u>86.500</u>	<u>816.599</u>	<u>20.504</u>	<u>923.603</u>
Dólar	85.691	815.780	20.504	921.975
Franco Suíço	809	819	-	1.628
Posição vendida	<u>439.567</u>	<u>59.171</u>	<u>-</u>	<u>498.738</u>
Dólar	436.159	56.479	-	492.638
Euro	1.633	2.692	-	4.325
Ien	1.775	-	-	1.775

	30 jun 2020			31 dez 2019		
	Valor		Ajuste	Valor		Ajuste
	MTM (a)	Accrual (b)	(a) - (b)	MTM (a)	Accrual (b)	(a) - (b)
SWAP	<u>(2.718.244)</u>	<u>(2.558.067)</u>	<u>(160.177)</u>	<u>(503.058)</u>	<u>(443.587)</u>	<u>(59.471)</u>
CDI X US\$	(2.719.056)	(2.520.537)	(198.519)	(437.166)	(360.888)	(76.278)
CDI X IEN	(27.980)	(42.410)	14.430	-	-	-
CDI X PRÉ	(909)	(119)	(790)	-	-	-
CDI X Libor	(12.834)	(12.790)	(44)	(69.224)	(69.856)	632
CDI X EURO	-	-	-	1.631	1.326	305
US\$ X CDI	145.445	121.847	23.598	10.419	2.596	7.823
Libor X US\$	-	-	-	112	51	61
IEN X CDI	42.832	43.001	(169)	-	-	-
PRÉ X CDI	3.288	1.201	2.087	5.930	3.807	2.123
PRÉ X US\$	(144.088)	(148.295)	4.207	(13.965)	(20.643)	6.678
Libor X PRÉ	(72)	35	(107)	56	20	36
Ajuste CVA (Nota 25)	(4.870)	-	(4.870)	(851)	-	(851)

	30 jun 2020			31 dez 2019		
	Valor		Ajuste	Valor		Ajuste
	MTM (a)	Accrual (b)	(a) - (b)	MTM (a)	Accrual (b)	(a) - (b)
NDF	<u>236.136</u>	<u>255.380</u>	<u>(19.244)</u>	<u>(31.586)</u>	<u>(26.055)</u>	<u>(5.531)</u>
Posição comprada	<u>262.012</u>	<u>274.855</u>	<u>(12.843)</u>	<u>(26.457)</u>	<u>(19.967)</u>	<u>(6.490)</u>
Dólar	260.197	272.900	(12.703)	(26.499)	(20.017)	(6.482)
Euro	1.822	1.958	(136)	-	-	-
Ien	(7)	(3)	(4)	-	-	-
Franco Suíço	-	-	-	42	50	(8)
Posição vendida	<u>(25.876)</u>	<u>(19.475)</u>	<u>(6.401)</u>	<u>(5.129)</u>	<u>(6.088)</u>	<u>959</u>
Dólar	(12.939)	(12.414)	(525)	(5.268)	(6.218)	950
Euro	(2.599)	(3.276)	677	121	61	60
Ien	(3.665)	(3.785)	120	71	69	2
Ajuste CVA (Nota 25)	<u>(6.673)</u>	<u>-</u>	<u>(6.673)</u>	<u>(53)</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>

	30 jun 2020		31 dez 2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Diferencial		Diferencial	
	a receber	a pagar	a receber	a pagar
Total Geral	494.856	2.976.964	91.775	626.419
Total Swap	208.777	2.927.021	86.395	589.453
Swap	213.647	2.927.021	87.246	589.453
Ajuste CVA	(4.870)	-	(851)	-
Total NDF	286.079	49.943	5.380	36.966
NDF	292.752	49.943	5.433	36.966
Ajuste CVA	(6.673)	-	(53)	-

Como técnica de mensuração do risco de mercado, a medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) modelo paramétrico com horizonte de um dia com nível de confiança de 99%. Além do VaR, o Banco também realiza testes de análise de sensibilidade para avaliar os impactos das mudanças nas taxas de juros sobre o portfólio.

Limite de VaR - o valor em risco indica o valor máximo de perda de uma carteira a que o Banco está sujeito no curso de seus negócios, considerando determinado intervalo de confiança estatístico. A medida efetiva do valor em risco depende do período de tempo considerado. Assim, o VaR de um dia corresponde ao valor máximo esperado de eventuais perdas para um determinado dia de negócios considerando determinado intervalo de confiança estatístico.

Value at Risk (VaR)

- Fator de confiança – 99,0%
- Horizonte de tempo – um dia

Book	FX risk	30 jun 2020				Total
		VaR por fator de risco				
		Reais	Dólares	Euros	Ienes	
Banking	55	113	1.507	-	-	1.518
Trading	239	19	335	15	93	959
Total	289	117	1.798	15	92	1.590

Limites de sensibilidade - indicador que permite ao operador avaliar rapidamente a variação do valor de uma carteira, quando ocorrer variação de um basis point (0,01%) ao longo da curva de juros. Os valores mostrados a seguir, são calculados considerando o choque de um basis point (0,01%) aos fatores de risco (oscilações positivas e negativas) em reais:

	30 jun 2020
Carteira - Overall	
Choques positivos	197
Choques negativos	(268)

20 “Hedge” – “Hedge” de risco de mercado

O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de “hedge” são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de “hedge” e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de “hedge”, considerando tratar-se de uma operação de “hedge” de valor justo.

O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de “hedge”, em estratégia de “hedge” de valor justo.

Os objetos de “hedge” são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, obrigações por empréstimos no exterior e operações compromissadas.

As estratégias de “hedge” visam proteger o Banco contra:

Estratégia 1: Risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana; e

Estratégia 2: Risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

A efetividade verificada na carteira de “hedge” encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

Instrumento / Operação	30 jun 2020		31 dez 2019	
	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de “hedge” de valor justo	Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de “hedge” de valor justo	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
Valor justo do instrumento de “hedge”	1.485.435	(631.669)	-	(429.708)
Valor justo do objeto de “hedge” (*)	(1.489.735)	631.483	-	429.643
Ganho (perda) referente ao instrumento de “hedge”	134.991	(29.781)	52.436	(38.556)
Ganho (perda) referente ao objeto de “hedge”	(131.926)	29.688	(51.213)	38.648
Taxa de efetividade	100%	100%	99,99%	100%

(*) A diferença entre os saldos apresentados nesta Nota e na Nota 12 refere-se ao Imposto de Renda.

	30 jun 2020 Valor referencial	31 dez 2019 Valor referencial
Instrumentos de "Hedge"		
Contratos de futuros - DDI	1.485.435	-
Contratos de futuros - DI	<u>631.669</u>	<u>429.628</u>
Total Futuros	<u>2.117.104</u>	<u>429.628</u>

21 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são reconhecidos no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	30 jun 2020	
	Valor contábil	Valor justo
Disponibilidades	113.844	113.844
Aplicações no mercado aberto	4.326.999	4.326.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	95.163	95.163
Aplicações em moedas estrangeiras	1.896.189	1.881.238
Carteira de crédito e Carteira de câmbio – ACC / ACE	<u>2.968.813</u>	<u>3.066.441</u>
Total de ativos financeiros	<u>9.401.008</u>	<u>9.483.685</u>

	30 jun 2020	
	Valor contábil	Valor justo
Depósitos à vista	173.035	173.035
Depósitos a prazo	2.592.137	2.751.086
Captações no mercado aberto	119.084	119.050
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>5.649.368</u>	<u>5.945.019</u>
Total de passivos financeiros	<u>8.533.624</u>	<u>8.988.190</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

22 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações dos semestres são demonstrados a seguir:

	<u>30 jun 2020</u>	<u>30 jun 2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (IRPJ/CSLL)	23.344	28.848
Expectativa de despesas de IRPJ/CSLL de acordo com alíquota vigente	(10.505)	(11.539)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(4.423)	(6.256)
Efeito da majoração alíquota CSLL (Crédito Tributário CSLL)	1.022	-
Constituição de crédito tributário sobre períodos anteriores	1.294	527
Outros	396	252
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(12.216)</u>	<u>(17.016)</u>
Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	<u>(26.221)</u>	<u>(32.946)</u>
Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>14.005</u>	<u>15.930</u>
Cálculo Total Imposto de Renda e Contribuição Social do período	<u>(12.216)</u>	<u>(17.016)</u>

O Banco constitui crédito tributário decorrente de diferenças temporárias de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.059/02 e posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06.

A partir de dezembro de 2019 passamos a constituir Crédito Tributário à alíquota de 45%, conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

a. Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias

	<u>30 jun 2020</u>		<u>31 dez 2019</u>	
	<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Crédito tributário</u>	<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Crédito tributário</u>
Prov. p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.486	1.568	2.591	1.166
Provisão para pagamentos a efetuar Previda	14.683	6.607	14.683	6.607
Provisão para bônus	722	325	11.126	5.007
Provisão para contingências trabalhistas	14.879	6.696	15.757	7.091
Provisão p/ perda de garantias prestadas	5.100	2.295	6.508	2.929
Provisão participação nos lucros e resultados	1.740	783	1.346	606
Provisão para pagamentos a efetuar	2.551	1.148	5.230	2.353
Provisão para passivos contingentes	96.979	43.641	91.980	41.391
Ajuste valor mercado – derivativos e TVM	<u>33.439</u>	<u>15.048</u>	<u>3.269</u>	<u>1.471</u>
Total Geral	<u>173.579</u>	<u>78.111</u>	<u>152.490</u>	<u>68.621</u>

b. Constituição do passivo diferido

	<u>30 jun 2020</u>		<u>31 dez 2019</u>	
	<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Crédito tributário</u>	<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Crédito tributário</u>
Atualização de depósito judicial	117.804	53.011	118.021	53.109
Ajuste a valor de mercado – derivativos, títulos para negociação e títulos disponíveis para venda – “ <i>hedge accounting</i> ”	—	—	9.046	4.071
Total Geral	<u>117.804</u>	<u>53.011</u>	<u>127.067</u>	<u>57.180</u>

O montante de créditos tributários não constituídos em 30 de junho de 2020 é de R\$ 27.914 (31 dez 2019 – R\$ 29.165), decorrentes do saldo de principal de provisão de dois processos fiscais que possuem 100% de depósito judicial. Os processos em questão são relacionados à cobrança de IRPJ e CSLL ao qual Banco aderiu ao programa refis e à discussão do tributo COFINS. De acordo com a Administração não há expectativa do período de realização nos próximos dez anos.

c. Movimentação de créditos tributários

	<u>30 jun 2020</u>	<u>30 jun 2019</u>	<u>31 dez 2019</u>
Saldo inicial do semestre	68.621	60.465	54.998
Constituição de crédito tributário	27.648	3.684	16.375
Realização de crédito tributário	<u>(18.158)</u>	<u>(9.151)</u>	<u>(2.752)</u>
Saldo final	<u>78.111</u>	<u>54.998</u>	<u>68.621</u>

d. Movimentação do passivo fiscal diferido

	<u>30 jun 2020</u>	<u>30 jun 2019</u>	<u>31 dez 2019</u>
Saldo inicial do semestre	57.180	89.724	67.897
Constituição / (Reversão) de passivo fiscal diferido referente à atualização de depósito judicial	(6.276)	(2.157)	7.085
Constituição / (Reversão) de passivo fiscal diferido referente ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	<u>2.107</u>	<u>(19.670)</u>	<u>(17.802)</u>
Saldo final	<u>53.011</u>	<u>67.897</u>	<u>57.180</u>

De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrada abaixo:

Ano	30 jun 2020		Ano	31 dez 2019	
	Expectativa de realização de crédito tributário	Valor presente crédito tributário (taxa DI)		Expectativa de realização de crédito tributário	Valor presente crédito tributário (taxa DI)
2020	5.132	5.019	2020	17.262	16.534
2021	14.879	14.231	2021	8.096	7.428
2022	7.601	7.110	2022	6.718	5.904
2023	13.394	12.253	2023	6.327	5.326
2024	9.572	8.564	2024	6.218	5.014
A partir de 2025 (*)	<u>27.533</u>	<u>23.146</u>	A partir de 2025 (*)	<u>24.000</u>	<u>17.038</u>
Total geral	<u>78.111</u>	<u>70.323</u>	Total geral	<u>68.621</u>	<u>57.244</u>

(*) Período de 5 anos

23 Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, Plano de Benefícios Previdada de Benefício Definido, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. O saldamento desse plano ocorreu no 2º semestre de 2015.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente.

Os ativos estão alocados em 100% em renda fixa.

O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base de 31 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2019, conforme cálculos atuariais, a “Previda” apresentou obrigação atuarial a valor presente e valor justo dos ativos demonstrado abaixo:

	<u>30 dez 2019</u>
Reconciliação do Valor das Obrigações Atuariais	
Valor da obrigação no final do ano anterior	83.364
Custo dos juros	7.461
Remensurações	12.250
Benefícios pagos pela empresa	<u>(6.653)</u>
Valor da obrigação no final do ano	<u>96.422</u>
Reconciliação do Valor Justo dos Ativos	
Valor justo dos ativos no final do ano anterior	70.254
Receita de juros	6.288
Remensurações	12.455
Contribuições da Empresa	1.729
Benefícios pagos pelo plano	<u>(6.653)</u>
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>84.073</u>
Passivo / (Ativo) Líquido	<u>12.349</u>

Valores Projetados a serem Reconhecidos no Resultado do Próximo Exercício	<u>2020</u>
Custo líquido com juros	
Juros sobre as obrigações	6.815
Juros (retorno) sobre os ativos do plano	<u>(5.942)</u>
Total de despesa reconhecida no Resultado do Exercício	<u>873</u>

Conforme Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, foi reconhecido no decorrer do 2º semestre de 2019 a remensuração de provisão, incluindo os custos de juros e contribuições da empresa, o montante de R\$ 761 registrado na conta de passivos atuariais que totalizou o montante de R\$ 12.349 (2018 – R\$ 13.110).

As remensurações atuariais do plano de benefício definido Previda são registradas na conta do patrimônio líquido, líquido de valores tributários no montante de R\$ (8.076) (2018 – R\$ (8.933)).

Em 31 de dezembro de 2019 foram consideradas as seguintes premissas:

	<u>31 dez 2019</u>
Taxa de inflação	4,00% ao ano
Taxa de desconto nominal	7,07% ao ano
Índice de reajuste de benefícios do Plano acima da inflação	Próximos 3 anos: 5,04 % ao ano

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do plano Previda, sendo que o valor da contribuição no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 595 (2019 – R\$ 1.508).

As obrigações atuariais do plano Fitprev estão substancialmente cobertas pelo patrimônio do plano.

24 Outras informações

a. Composição de receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias:

Essa rubrica é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no semestre, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	<u>30 jun</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas e comissões e prestação de serviços	12.963	8.284
Garantias prestadas	3.641	3.330
Rendas de outros serviços	906	664
Tarifas bancárias	275	443
Cobrança	<u>69</u>	<u>73</u>
Total Geral	<u>17.854</u>	<u>12.794</u>

b. Composição de despesas de pessoal:

	30 jun	
	2020	2019
Despesas de honorários	4.685	4.573
Despesas de pessoal - benefícios	5.134	6.254
Despesas de pessoal - encargos sociais	14.153	17.449
Despesas de pessoal - proventos (*)	33.569	38.902
Despesas de pessoal - treinamento	<u>216</u>	<u>242</u>
Total Geral	<u>57.757</u>	<u>67.420</u>

(*) Composto basicamente por salários, gratificações de função, férias, participação nos lucros e resultados, bônus por desempenho e 13º salário.

c. Composição de outras despesas administrativas:

	30 jun	
	2020	2019
Despesas de serviços técnicos especializados	10.270	6.696
Despesas de processamento de dados	8.607	7.736
Despesas de amortização e depreciação	5.423	7.740
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.980	5.165
Despesas de serviços de terceiros	1.670	1.166
Despesas de comunicação	1.351	1.577
Despesas de serviços de vigilância e segurança	789	1.156
Despesas de manutenção e conservação de bens	680	851
Despesas de aluguéis	542	1.125
Despesas de água, energia e gás	392	438
Despesas de viagens ao exterior	329	1.542
Despesas de viagens no país	118	311
Outras despesas	<u>1.785</u>	<u>2.164</u>
Total Geral	<u>36.936</u>	<u>37.667</u>

d. Composição de despesas tributárias:

	30 jun	
	2020	2019
Despesas tributárias	6.328	4.095
Cofins	6.338	8.413
Pis	1.030	1.367
ISS	<u>823</u>	<u>582</u>
Total Geral	<u>14.519</u>	<u>14.457</u>

e. Composição de resultado de provisão para passivos contingentes e outras provisões:

	<u>30 jun</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reversão / (provisão) para passivos trabalhistas	180	(1.912)
(Provisão) para riscos fiscais	(1.112)	(1.576)
(Provisão) para outros passivos contingentes	(1.158)	(373)
Reversão / (provisão) para garantias financeiras prestadas	1.408	(2.073)
Reversão de provisão de participação nos lucros e resultados	798	-
Total Geral	<u>116</u>	<u>(5.934)</u>

f. Outras receitas operacionais

	<u>30 jun</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	1.995	4.158
Atualização monetária de impostos e contribuições a compensar	24	88
Recuperação de encargos e despesas	419	302
Outras receitas	<u>336</u>	<u>8</u>
Total Geral	<u>2.774</u>	<u>4.556</u>

g. Composição de outras receitas e despesas:

	<u>30 jun</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas não operacionais	31	5
Lucro na alienação de valores e bens	31	5
Despesas não operacionais	-	(2.782)
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	(2.782)
Total Geral	<u>31</u>	<u>(2.777)</u>

h. Gerenciamento de Riscos e de Capital

Em atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, o Banco MUFG Brasil S.A. instituiu a estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital que deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de crédito, o risco de mercado, risco operacional, o risco de liquidez, risco socioambiental, risco de gerenciamento de capital e os demais riscos relevantes para o banco.

A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos e de capital do Banco MUFG Brasil S.A. encontra-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp.

i. Razão Alavancagem (RA)

Em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748 de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para apuração da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp.

25 Acordo da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

	<u>30 jun 2020</u>	<u>31 dez 2019</u>
Risco de crédito	4.648.804	3.255.226
Risco de mercado	952.075	1.272.149
Risco operacional	<u>561.075</u>	<u>595.559</u>
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	6.161.954	5.122.934
Patrimônio de Referência (PR)	1.251.383	1.239.138
Patrimônio de referência exigido	492.957	409.835
Margem sobre patrimônio de referência requerido	758.426	829.303
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	20,31%	24,19%

Ajuste prudencial

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.277/13 com nova redação pela Resolução CMN nº 4.389/14, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial, para os seguintes produtos:

1. Títulos públicos federais: “Títulos disponíveis para venda”;
2. Títulos privados marcados pelo valor de mercado – Letras financeiras e debêntures marcadas pelo valor de mercado;
3. Contratos futuros negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão; e
4. Derivativos de Balcão – NDF e Swap.

Dentre os produtos avaliados acima, tivemos ajuste CVA - Credit Valuation Adjustment no produto “Derivativos de balcão – NDF e Swap” resultando um reconhecimento contábil na data-base de 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 11.543 (2019 – R\$ 904) conforme Nota 19.

Os demais itens não tiveram ajustes tendo em vista que os títulos públicos federais e contratos futuros são negociados de forma ativa e frequente e cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

Com relação aos títulos privados, a metodologia de precificação já contempla o componente de risco de crédito.

26 Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- ✓ Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor recuperável de ativos (CPC 01 R1);
- ✓ Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03 R2);
- ✓ Resolução nº 4.636/18 – Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1);
- ✓ Resolução nº 3.823/09 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25);
- ✓ Resolução nº 3.973/11 – Evento subsequente (CPC 24);
- ✓ Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em ações (CPC 10 R1);
- ✓ Resolução nº 4.007/11 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23);
- ✓ Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1) ;
- ✓ Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1);
- ✓ Resolução nº 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04 R1);
- ✓ Resolução nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27);
- ✓ Resolução nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2);
- ✓ Circular nº 3.959/19 - Resultado por ação (CPC 41); e
- ✓ Resolução nº 4.748/19 – Mensuração ao valor justo (CPC 46).

DIRETORIA

NOBUYOSHI FUKUMOTO - DIRETOR PRESIDENTE

AKIHIKO KISAKA - DIRETOR VICE-PRESIDENTE

EDUARDO HENRIQUE SCHULTZ - DIRETOR VICE-PRESIDENTE

JYUN ONUMA - DIRETOR

WALTER BATLOUNI JUNIOR - DIRETOR

OSWALDO TADEU LOPES - DIRETOR

ALEXANDRA CETLIN ROTH - DIRETORA

ANDERSON BORGES DE GODOI - DIRETOR

CONTADORA

IRACEMA CHOU MA – CRC: 1SP319654/O-0